



Temas Abordados: Campanha Mundial "Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Conferência das Partes da CMNUCC - Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 26/12/2018



Brasil

PNUD integra primeiro Escritório Compartilhado de agências da ONU no norte do Brasil



Cristino Martins, Agência PARÁ

Foi inaugurado, na quinta-feira, 20, o primeiro Escritório Compartilhado de agências das Nações Unidas na região norte do Brasil. O espaço fica localizado em Belém, capital do Pará, onde o PNUD já atuava desde o início do ano por meio de um Escritório de Projetos.

A iniciativa de ter um Escritório Compartilhado da ONU na cidade partiu do governo do Estado, que cedeu o prédio ao trabalho das Nações Unidas pelos próximos dez anos.

Para o PNUD, o espaço oferece a oportunidade de maior aproximação com os governos, setor privado e sociedade civil na condução de iniciativas que dialoguem com o desenvolvimento local e contribuam com a implementação da Agenda 2030 na região norte do país. O espaço também possibilita ampliar o apoio ao governo do Estado do Pará em conjunto com as demais agências da ONU. De acordo com a assessora de Desenvolvimento Territorial do PNUD Brasil, Iva Lazareviciute, a inauguração ocorre no âmbito da estratégia de cooperação descentralizada do PNUD. "Continuamos à disposição do governo do Estado para

seguir colaborando com o desenvolvimento local, complementando outras ações já em andamento e dando continuidade aos resultados iniciais do projeto Pará Sustentável, em curso no Estado".

Participaram da cerimônia de inauguração o governador do Pará, Simão Jatene, a secretária Extraordinária de Municípios Sustentáveis, Izabela Jatene, e o coordenador da área de Pessoas e Prosperidade do PNUD Brasil, Cristiano Prado.

Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/pnud-integra-primeiro-escritorio-compartilhado-de-agencias-da-on.html>



ONU News



Perspectiva Global
Reportagens Humanas

Brasil cria nova legislação para controlar produtos químicos



FAO/Asim Hafeez

Indústria química representa um dos setores de produção mais dinâmicos do Brasil

24 dezembro 2018

Saúde

Programa da ONU para o Meio Ambiente destaca lei que deverá entrar em vigor no final de 2019; Nações Unidas apoiam instituições brasileiras na redação; será criado um sistema de registo de produtos químicos a nível nacional.

Como parte das Convenções da Basileia, de Roterdão, de Estocolmo e de Minamata, o Brasil tomou medidas substanciais para regulamentar a utilização de uma ampla gama de substâncias e produtos químicos.

De acordo com a agência da ONU para o Meio Ambiente, Pnuma, atualmente existem regulamentações para mercúrio metálico, pesticidas, aditivos alimentares, cosméticos, entre outros.

Brazil has taken substantial steps to regulate substances & chemicals from metallic mercury to cosmetics. However, there is still much to be done, as many substances used in industry require more risk assessment & management.

<https://t.co/p7qOuMqztu> #BeatPollution

— UN Environment (@UNEnvironment) December 21, 2018

No entanto, ainda há muito a ser feito e muitas substâncias, especialmente as usadas na indústria, exigem mais avaliação e uma melhor gestão de riscos.

A indústria química representa um dos setores de produção mais dinâmicos do Brasil. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química, Abiquim, o país é a oitava economia global em termos de vendas líquidas. Em nível nacional, o setor contribui com 2,5% do produto interno bruto nacional, PIB, e assegura mais de 2 milhões de empregos diretos e indiretos.

Além disso, o Brasil é um grande produtor e um grande importador de produtos químicos.

Acontecem neste momento discussões nacionais sobre um marco legal para uma boa gestão de produtos químicos.

O processo acontece porque o país não possui uma estrutura regulatória geral sobre produtos químicos industriais, não possui informações sobre o uso, a importação e a exportação dessas substâncias e não possui um inventário nacional de produtos químicos industriais atualmente disponíveis no mercado público.



Pnuma

Brasil tomou medidas substanciais para regulamentar a utilização de uma ampla gama de substâncias e produtos químicos.

Legislação

Para resolver esses problemas, o governo criou um projeto de lei abrangente. Entre outras coisas, a legislação estabelece um registro nacional de produtos químicos industriais, estabelece sanções e penalizações para o incumprimento. A proposta pede a criação de comitês para realizar a avaliação de risco e estabelecer estratégias de gestão credíveis.

O projeto de lei precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional para entrar em vigor, o que deverá acontecer no final de 2019.

Projeto

Com o apoio do Programa Especial da ONU sobre Fortalecimento Institucional para Produtos Químicos e Gestão de Resíduos, foi lançado um projeto de três anos sobre gestão de produtos químicos e resíduos. A iniciativa criará capacidade institucional que permitirá aplicar a nova legislação e aderir às Convenções de Basileia, de Roterdão, de Estocolmo e de Minamata.

O projeto brasileiro tem como objetivo fortalecer a capacidade institucional para a gestão adequada de substâncias químicas, através do estabelecimento das estruturas necessárias para a implementação da legislação nacional.

O projeto irá ainda preparar e treinar instituições para cumprirem as suas obrigações em relação à nova lei sobre produtos químicos industriais.

Isso será feito através da criação de um sistema de registo de produtos químicos, formação de técnicos responsáveis pela fiscalização, avaliação da atual infraestrutura.

A iniciativa também promoverá a coordenação entre os diferentes setores envolvidos, como os da saúde, meio ambiente, trabalho e indústria.

FONTE:https://news.un.org/pt/story/2018/12/1652911?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=f749f8fedc-EMAIL_CAMPAIGN_2018_12_25_01_00&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-f749f8fedc-105027597



ONU e União Europeia apoiam governo brasileiro no combate ao tráfico de pessoas

Na Bahia, a Ação Global para Prevenir e Combater o Tráfico de Pessoas e o Tráfico Ilícito de Migrantes (GLO.ACT) apoiou o governo brasileiro na realização um treinamento sobre como identificar casos de tráfico e de trabalho análogo à escravidão. A capacitação visa fortalecer o monitoramento da cidade de Praia do Forte. Iniciativa reuniu cerca de 40 participantes, entre fiscais e promotores do Brasil e da Colômbia.

A GLO.ACT é fruto de uma parceria entre a União Europeia e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime ([UNODC](#)).

Realizada de 3 a 7 de dezembro, a formação no município baiano foi parte da iniciativa Dragão do Mar, promovida pelo Ministério do Trabalho por meio da sua Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE). O nome do projeto é uma homenagem a Francisco José do Nascimento, também conhecido como Dragão do Mar, abolicionista brasileiro do século XIX, cujo nome é símbolo da resistência popular contra a escravidão.

O curso cobriu tópicos como a abordagem e o questionamento das vítimas e os direitos e responsabilidades dos migrantes (residência permanente para imigrantes resgatados). Também foram discutidas as novas leis contra o tráfico de pessoas (TIP) e estratégias de encaminhamento para instituições que prestam assistência a estrangeiros (regularização de documentos, acolhimento e inclusão no mercado de trabalho).

O Brasil apresenta alta prevalência de trabalho forçado, mas o número de processos e condenações permanece baixo. No país, esse abuso de direitos foi definida como uma forma de escravidão moderna. O conceito inclui escravidão por dívidas, condições de trabalho degradantes e longas horas de trabalho, que representam um risco para a saúde ou a vida do trabalhador e violam sua dignidade.

Grupos de direitos humanos estimam que milhares de pessoas trabalhem em condições análogas à de escravos, em fazendas, plantações de cana-de-açúcar e de gado, em locais remotos e florestas do Brasil, bem como em fábricas urbanas e locais de construção. Nas cidades, muitas das vítimas de trabalho forçado são migrantes irregulares que trabalham em fábricas clandestinas.

Migrantes irregulares geralmente desconfiam ou até resistem a medidas protetivas por parte dos agentes públicos. Não é incomum que esses trabalhadores declarem a sua intenção de permanecer na mesma situação. Muitos desconhecem a legislação brasileira e, devido à vulnerabilidade social e econômica que vivem, ficam expostos à revitimização (quando o indivíduo sofre novas violações de seus direitos).

O DETRAE trabalha para garantir os direitos fundamentais nas relações trabalhistas, tendo em vista o conceito de trabalho decente como síntese do mandato da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e aplicado pelo Ministério do Trabalho.

Ao final do workshop na Praia do Forte, os participantes receberam uma proposta de desenvolvimento de um manual para migrantes sobre a legislação trabalhista e de tráfico de pessoas no Brasil. A ideia é que o material seja disponibilizado em português, espanhol, inglês, chinês e crioulo.

“O trabalho que o DETRAE tem realizado junto às unidades regionais do Ministério do Trabalho colabora diretamente para consolidar a política de combate ao trabalho

escravo no Brasil, tanto no desenvolvimento como na execução dessa política”, aponta Fernanda Patricia Fuentes, oficial da Ação Global para o Brasil.

“É uma honra para a GLO.ACT Brasil apoiar o Detrae em seus esforços para continuar avançando em novas áreas, como migração e tráfico de pessoas, compartilhar lições aprendidas com outros países e continuar a apoiar a obrigação do governo na defesa dos direitos trabalhistas no Brasil.”

O objetivo da GLO.ACT é fornecer assistência a autoridades governamentais e organizações da sociedade civil em 13 países estrategicamente selecionados: Belarus, Brasil, Colômbia, Egito, Quirguistão, Laos, Mali, Marrocos, Nepal, Níger, Paquistão, África do Sul e Ucrânia. O projeto apoia os governos no planejamento e implementação de esforços nacionais de combate ao tráfico e contrabando. A iniciativa promove uma abordagem que contempla prevenção, proteção, ação penal e parcerias. Além disso, apoia o desenvolvimento de respostas mais eficazes ao tráfico e ao contrabando, incluindo a prestação de assistência a vítimas e migrantes vulneráveis por meio do fortalecimento de mecanismos de identificação, encaminhamento e apoio direto.

Com iniciativas previstas até o final do próximo ano, o programa da ONU e da UE recebeu um orçamento de 11 milhões de dólares desde 2015, quando começou suas atividades. A Ação Global está sendo implementada em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Para mais informações:

Fernanda Patricia Fuentes Munoz

Oficial de Programa

Escritório Regional do UNODC para o Brasil e Cone Sul

fernanda.fuentes@unodc.org

glo.act@un.org

Twitter: [@glo_act](https://twitter.com/glo_act)

FONTE:<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2018/12/glo-act-apoia-projeto-dragao-do-mar.html>



Brasil anuncia parceria com a Unesco para reconstruir Museu Nacional do Rio



Tânia Rego/Agência Brasil

Fogo destruiu o Museu Nacional no Rio de Janeiro em setembro passado. Cultura e educação

Prédio foi destruído por um incêndio em setembro passado; Ministério da Educação do país formaliza trabalhos para o biênio 2019-2020; objetivo é devolver o museu à sociedade brasileira o mais depressa possível.

O Ministério da Educação do Brasil anunciou uma parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura no Brasil, Unesco Brasil, para reconstruir o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

O prédio foi atingido por um incêndio em setembro deste ano.

A cooperação entre as duas entidades apoiará a restauração da construção histórica, além de desenvolver um novo projeto curador e museológico para a instituição.

Recuperação

Os trabalhos irão acontecer entre 2019 e 2020. A parceria das Nações Unidas com o Governo Federal foi apresentada na semana passada, no Rio de Janeiro, em reunião de balanço das ações emergenciais para recuperar o museu.

O evento também contou com a participação de representantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ufrj.

A diretora da Unesco no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noletto, afirmou que a Unesco está feliz “em poder contribuir com os esforços de reconstrução do Museu Nacional e seu acervo uma vez que com a destruição de um museu, perde-se parte da memória do país.”

Pesquisas

A representante explicou ainda que esta parceria vai contribuir para o esforço nacional e internacional de reconstrução que permitirá, no menor prazo possível, “devolver o museu à sociedade brasileira e ao mundo.”

A colaboração das instituições prevê a realização de pesquisas para planejamento estratégico, de comunicação, articulação social e capacitação.

Os estudos vão orientar os fundamentos conceituais e técnicos para os projetos de reconstrução e restauração do Paço de São Cristóvão. Também serão feitas análises para elaborar uma nova concepção do museu.

FONTE:https://news.un.org/pt/story/2018/12/1652791?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=31c3e344b0-EMAIL_CAMPAIGN_2018_12_22_01_00&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-31c3e344b0-105027597

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>